

**Secção/Área temática:
Segurança, Defesa e Forças Armadas**

Registros investigativos da Operação Bandeirantes à Operação Marumbi (1969-1976): análises dos documentos do Departamento de Estado dos EUA e do SNI-PR (BR)

Investigative records from Operation Bandeirantes to Operation Marumbi (1969-1976): analysis of US State Department and SNI-PR documents (BR)

NEVES JÚNIOR, José Wilson Assis; Universidade Estadual de Londrina;
nevesjr1991@gmail.com

LANZA, Fabio; Universidade Estadual de Londrina; lanza@uel.br

GONZALEZ, Jeferson Anibal; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo; anibal.gonzalez@ifsp.edu.br

Resumo

A pesquisa apresentada trouxe dados e fontes inéditas que serviram para analisar a Operação Bandeirantes (OBAN) e da Operação Marumbi a partir de documentos produzidos pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América e do Serviço Nacional de Informações (SNI) brasileiro no estado do Paraná entre os anos de 1969 e 1976. Os documentos foram selecionados e analisados a partir de uma abordagem histórico-sociológica, relacionando o conteúdo expresso ao contexto de suas produções. Espera-se que com a seleção, análise e publicização dos resultados da pesquisa, possibilite-se a divulgação e a ampliação do debate sobre as ações específicas e os crimes cometidos pela ditadura militar no Brasil (1964-1985).

Abstract

The following research brings unpublished data that were utilized to analyze the Bandeirantes Operation (OBAN) and the Marumbi Operation, the documentary sources were produced by the U.S. Department of State and the Brazilian National Information Service (SNI) of Parana between the years of 1969 and 1976. The documents were selected and analyzed from a historical-sociological approach, relating the expressed content to the context of their productions. By the selection, analysis and publication of this research results, the paper aims to amplify the debate about specific actions and crimes committed by Brazilian military dictatorship (1964-1985).

Palavras-chave: Serviços de Inteligência; Ditadura militar brasileira; Anticomunismo; Partido Comunista Brasileiro.

Keywords Intelligence Services; Brazilian military dictatorship; Anticommunism; Brazilian Communist Party.

Introdução

O golpe militar¹ de 1964 no Brasil pôs fim a um complexo de iniciativas no campo democrático-popular que afluíam na defesa da cultura popular e nas lutas pelas reformas de base que deveriam garantir o acesso da população aos direitos sociais como moradia, saúde e educação. Essas iniciativas foram tachadas de comunistas pelo intenso sistema de propaganda ideológica estadunidense e sustentaram o argumento da contrarrevolução como justificativa à tomada de poder pelos militares – com amplo apoio civil, empresarial e do governo dos EUA que viam no golpe a possibilidade de manutenção e ampliação de seu domínio geopolítico no contexto da Guerra Fria. Nesse sentido, em contraposição à efervescência política, econômica e cultural pré-1964, a ditadura militar (1964-1985) impôs o projeto de síntese contraditória entre impulsos modernizantes e conservantes da sociedade brasileira. O conceito de modernização conservadora, assim, expressa as ações contraditórias da ditadura:

O desejo modernizador implicava desenvolvimento econômico e tecnológico e, portanto, aumento dos contatos com o exterior e da mobilidade das pessoas, além de expansão industrial e mecanização agrícola. Com isso, levava-se ao aumento da urbanização e do operariado fabril, gerando potenciais tensões e instabilidade nas relações sociais e de trabalho. Já o impulso conservador estava ligado à vontade de preservar a ordem social e os valores tradicionais, o que insuflava o combate às utopias revolucionárias e outras formas de subversão e “desvio”, aí incluídos questionamentos à moral e aos comportamentos convencionais. (Motta, 2014, pp. 45-46)

A promessa do “milagre econômico” que visava apaziguar os ânimos das camadas populares foi conciliada com a repressão a qualquer ato que desabonasse a ditadura e os seus defensores. O anticomunismo inflado diuturnamente e as ações persecutórias compunham o *modus operandi* dos detentores do poder que afirmavam que ali estavam provisoriamente, para “arrumar a casa” e que, em breve eleições seriam convocadas reestabelecendo a ordem social. O que, como se sabe, durou 21 anos e deixou marcas profundas na sempre incompleta democracia brasileira.

Por outro lado, a luta contra a ditadura animou diversos sujeitos, em diferentes organizações e concepções políticas. Entre 1964 e 1968, a esquerda brasileira passou por um período de reorganização e autocrítica após a derrota intentada pelos militares. O posicionamento político do Partido Comunista Brasileiro (PCB), até então maior organização de esquerda do país, contrário à luta armada levou ao surgimento de variadas dissidências e grupos que divergiam quanto à concepção de revolução brasileira e às formas de se constituir a reação ao governo ditatorial. Nesse período, movimentos sociais, sindicatos e entidades estudantis protagonizaram greves e protestas nas principais cidade brasileira. Além dessas manifestações, parte da esquerda optou pela ação direta via luta armada. Para Ridenti, essa opção “deu-se nesse contexto social, agitado, ainda, pelas manifestações libertárias em todo o mundo, da guerrilha do Che na Bolívia à Primavera de Praga, do Maio de 68 na França à Guerra do Vietnã, da contracultura à Revolução Cultural Chinesa” (Ridenti, 2010, pp. 35-36).

As primeiras ações diretas da esquerda armada revelaram o despreparo tático da polícia comum em dismantelar as organizações e prender seus militantes, configurando-se, no jargão das forças armadas, um problema de segurança interna. Nesse contexto, a reação da ditadura foi articular um grande sistema de informação e repressão com o objetivo com o objetivo de combater a esquerda armada de forma centralizada e eficiente. Dentre inúmeras ações repressivas e antidemocráticas, a OBAN foi criada em 2 de julho de 1969 tendo como pano de fundo o acirramento da repressão promovida pela ditadura militar no Brasil (1964-1985) após a publicação do Ato Institucional nº 5 em 13 de dezembro de 1968, que fortaleceu o poder executivo frente aos demais poderes, levando ao fechamento do Congresso Nacional, cassação do mandato de deputados e de direitos individuais como o de *habeas corpus*. Com o objetivo de integrar as ações de repressão da ditadura aos militantes de organizações de esquerda e movimentos sociais populares, a OBAN desenvolveu suas ações tanto nos campos da investigação e informação como em ações diretas (prisões, tortura e assassinato). Seu financiamento se deu por meio de empresas como

... o Grupo Ultra, Ford, General Motors e outros, a Oban contava com a presença de elementos das três forças armadas, do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da Polícia Federal, da Polícia Civil, da Força Pública e da Guarda Civil. (Joffily, 2005, p. 1)

Ainda no mesmo contexto das ações de repressão promovida pela ditadura no Brasil, encontra-se a Operação Marumbi realizada em 1975 em combate à “subversão” no estado Paraná no Brasil, com o objetivo de impedir a rearticulação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e suas dissidências. Brunelo (2017), afirma que a repressão direta aos militantes comunista, a operação objetiva relacionar o PCB ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que havia se destacado nas eleições de 1974 em oposição à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governo ditatorial. Com esses objetivos, a operação estendeu-se a pelo menos doze cidades paranaenses (Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Arapongas, Apucarana, Cianorte, Guarapuava, Mandaguari, Rolândia, Paranaguá e Paranaíba), sendo responsável pela prisão de cerca de cem supostos militantes e simpatizantes do PCB que foram, subsequentemente, interrogados e submetidos a métodos violentos de tortura física e psicológica.

Metodologia

Com isso em mente, no presente trabalho, analisa-se os registros investigativos da Operação Bandeirante (OBAN) e da Operação Marumbi a partir dos documentos selecionados no Departamento de Estado dos Estados Unidos da América e do Serviço Nacional de Informações (SNI) brasileiro no estado do Paraná entre os anos de 1969 e 1976. Os documentos foram selecionados e analisados a partir de uma abordagem histórico-sociológica, relacionando o conteúdo expresso ao contexto de suas produções. Na investigação desenvolvida, encontrou-se relatos das ações da OBAN em documentos do Departamento de Estado dos EUA em forma de telegramas e memorandos disponibilizados pelo repositório digital da Brown University. Os registros do SNI-PR sobre a Operação Marumbi encontram-se disponíveis, em formato digital, para acesso público nos espaços físicos do Arquivo Nacional, do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL) e do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas da Universidade do Estado de Santa Catarina (IDCH-UDESC). Destaca-se, ainda, destacar que o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) possui em sua página *on line*² um formato de busca que possibilita o acesso ao material produzido pelos agentes do SNI nacional (Brasília DF).

Registros investigativos da Operação Bandeirantes à Operação Marumbi (1969-1976): análises dos documentos do Departamento de Estado dos EUA e do SNI-PR (BR)

O trabalho com as fontes produzidas pela órgãos de repressão (ou por aqueles que os sustentam) requer por partes dos pesquisadores um cuidado especial para que não se caia numa negação acrítica que excluí documentos de imediato atribuindo-lhes uma suspeição inerente em relação ao conteúdo que informam. Ao mesmo tempo, é preciso evitar uma atitude ingênua no trato das fontes, dedicando a essas o critério último da verdade. Nesse sentido, é fundamental considerar que os documento analisados possuem intenções, objetivos, anseios que perpassam o contexto de sua produção e servem a determinados fins dentro do contexto sócio-histórico da época. O desvelamento dos textos, seus autores e sujeitos citados a partir do cruzamento com diferentes fontes é essencial à maior aproximação possível à verdade histórica. Como aponta Joffily: “se os arquivos repressivos não permitem esclarecer todos os pontos obscuros, são matéria-prima essencial para nos aproximarmos de uma verdade possível sobre o passado recente” (Joffily, 2014, p.20).

Documentos sobre as ações da Operação Bandeirantes (OBAN)

A crítica à burocratização da esquerda nos primeiros anos na ditadura militar no Brasil levou à criação de diversos grupos que defendiam a violência como forma legítima de ação contra o governo ditatorial. Entre esses grupos destacam-se a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Formada em 1968 a partir de uma dissidência do PCB, a ALN surge sob a liderança de Carlos Marighela que havia participado em 1967 da primeira conferência realizada pela Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em Cuba. O MR-8, por sua vez, surge a partir da Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ) criada em 1964, mudando de nome em 1967 em referência ao assassinato de Ernesto Che Guevara, líder da Revolução Cubana em 1959, na Bolívia em 8 de outubro daquele ano.

Um das ações de maior repercussão realizada em conjunto pelo MR-8 e a ALN e citados nos documentos do Departamento de Estado dos EUA foi o sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick no Rio de Janeiro em 4 de setembro de 1969. Os militantes exigiram, em troca da liberdade do embaixador, a leitura de um manifesto em rede nacional de rádio e televisão e a libertação de 15 presos políticos. Atendidas as reivindicações, a repressão intensificou sua ação contra os grupos armados por meio da publicação dos Atos Institucionais nº 13 e 14 que previam o banimento do

país daqueles sujeitos considerados perigosos à nação, prisão perpétua e pena de morte (Resende, 2019).

A OBAN, nesse momento, desempenhou um papel preponderante de caça aos militantes, prisões, torturas e assassinatos. Essas ações eram reportadas ao Departamento de Estado do EUA imediatamente. Em 30 de setembro de 1969, telegrama assinado por William Wight, revela o acesso privilegiado que representantes do Departamento de Estado dos EUA tinham às informações dos porões da ditadura durante o governo Costa e Silva (1967-1969), assim como evidenciam o conhecimento do governo estadunidense acerca da tortura e assassinato que ocorriam nas interrogações decorrentes da Operação Bandeirantes.

Policiais da Operação Bandeirantes (nome da força tarefa especial composta por militares e oficiais da DOPS para combater a subversão) aparentam estar fechando o cerco sobre parte do grupo terrorista de Marighella em São Paulo. Utilizando pistas obtidas por prisões anteriores (ver refs.), em 29 de setembro, a polícia prendeu Virgílio Gomes da Silva, Francisco Gomes da Silva e o repórter do Jornal da Tarde Antonio Carlos Fon. Também foi preso o irmão de Fon, Tom Fon Filho, sua esposa Zerilda, a filha Celia e um japonês, cujo nome não foi mencionado no jornal.

Bombas, dinamites e mapas indicando que bombas seriam explodidas em instalações do Exército, Governo, e Polícia foram encontrados no apartamento de Fon.

_____ [espaço censurado]. Um prisioneiro, Virgílio Gomes da Silva, morreu enquanto era interrogado.

As divulgações da imprensa sobre as prisões não mencionavam o nome de Virgílio; possivelmente a polícia não vai reconhecer abertamente que ele foi preso. (Wight, 1969, pp. 1-2)

Chama a atenção nesse telegrama o relato da morte de Virgílio Gomes da Silva, militante da ALN que participou do sequestro do embaixador Elbrick. Segundo documentos divulgados pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva, o Serviço Nacional de Informação de São Paulo (SNI-SP) emitiu um documento confidencial em 3 de outubro de 1969 informando que Virgílio havia sido morto por resistir à prisão. No entanto, oficialmente, ele era considerado desaparecido, como declarado pelo Ministério do Militares em 1993. Sua certidão de óbito foi lavrada em

14 de fevereiro de 1996 e somente em 2004, quando o jornalista Mário Magalhães localizou um laudo necroscópico com sua foto e identificação, é que foi atestada a morte de Virgílio³. Ou seja, uma informação de assassinato mantida em sigilo pelo sistema de repressão e negada ao conjunto da sociedade brasileira era de conhecimento das autoridades estadunidenses, revelando a ciência internacional sobre os crimes cometidos nos porões da ditadura brasileira

Em outro telegrama, datado de 6 de outubro de 1969 e assinado por Robert Corrigan, os agentes estadunidenses voltam a se referir sobre o sequestro do embaixador, relatando prisões e o recebimento de uma carta com ameaças:

_____ [espaço censurado] policial morto nesta manhã por terroristas que metralharam ele de um carro em trânsito.

O Consulado Geral recebeu carta ameaçadora enviada em São Paulo e com selo do correio de 4 de outubro. Carta, que foi copiada em carbono [texto sobreposto no documento original], não assinada ou endereçada para nenhum indivíduo. Ela afirmava que “eles estão erguendo uma força para cada grito por liberdade”. Carta terminava “um dente por um dente, um olho por um olho; que a cabeça de um americano deveria rolar no chão para execução ocorrida em qualquer parte da América Latina”.

O jornal de São Paulo de 5 de outubro deu extensa publicidade para o sucesso da Operação Bandeirantes, mostrando fotos de armas e munições apreendidas pela polícia [texto sobreposto] e declarando que três dos sequestradores do embaixador Elbrick tinham sido presos junto à dezenove terroristas capturados (4 dos sequestradores do embaixador foram capturados, 3 deles estão vivos).

_____ [linha censurada]. (Corrigan, 1969, pp. 1-2)

Novamente, os agentes afirmam a ciência sobre a morte de um militante envolvido no sequestro do embaixador e a carta de ameaça recebida termina com a mesma sentença presente no manifesto da ALN e do MR-8 lido em rede nacional:

Finalmente, queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando ponha as barbas de molho. *Agora é olho por olho, dente por dente.* (ALN & MR-8, 1969).

O sucesso da OBAN em dismantelar as organizações a partir das prisões, torturas e assassinatos, é ovacionada pelos agentes estadunidenses no Brasil. Ao mesmo tempo, o vazamento das denúncias sobre os constantes ataques das autoridades brasileiras aos direitos humanos soava o alarme da opinião internacional. Nesse sentido, os agentes estadunidenses buscavam informar o Departamento de Estado do EUA de que as torturas no Brasil haviam diminuído e a lida com os presos políticos com “métodos mais convencionais”. Em documento assinado por “Lambert” em 17 de agosto de 1970, encontra-se o seguinte relato:

Existem indícios de que nos últimos meses a tortura de prisioneiros detidos na área de São Paulo por suspeita de subversão ou atividades terroristas tem decrescido. Nesta afirmação não há implicação de que a tortura física tenha sido completamente abolida, mas, certamente o nível parece ter reduzido notavelmente. Essa diminuição no uso da tortura é parcialmente explicável pelo fato de que tanto militares quanto autoridades de segurança civil parecem ter obtido uma medida de confiança renovada em suas habilidades de lidar com a subversão e o terrorismo por meio de métodos mais convencionais. Possivelmente, eles reavaliaram a situação interna de segurança com a conclusão de que o movimento terrorista não é, de fato, uma ameaça iminente à segurança do país, apesar dos ocasionais comentários desmedidos destes oficiais de que “isso é uma guerra” e precisa ser travada de uma forma total. Outros fatores que indubitavelmente contribuíram foram o sucesso bastante real que as autoridades tiveram na contenção e desarticulação dos grupos terroristas (apesar do líder da VPR, Carlos LAMARCA, continuar foragido), a pressão severa proveniente da imprensa internacional e das organizações estrangeiras, assim como as críticas domésticas à legislação nacional. Outro elemento ainda é, provavelmente, a diminuição da competição entre a DEOPS, organização civil da polícia política, e o aparato diretamente militar Operação Bandeirantes (OBAN), tendo a primeira cedido em grande medida à segunda. Os oficiais da OBAN não sentem mais o ônus de provar a si mesmos pela entrega de resultados imediatos e, portanto, podem se dar ao luxo de adotar medidas mais humanas durante as sessões de interrogatório.

Um exemplo é o caso de Anna BURZTYN, uma integrante de 18 anos da Aliança de Liberação Nacional (ALN), que foi detida em julho, após ter atirado e ferido um guarda de segurança da loja de departamentos Mappin. Enquanto esperava na

Registros investigativos da Operação Bandeirantes à Operação Marumbi (1969-1976): análises dos documentos do Departamento de Estado dos EUA e do SNI-PR (BR)

Mappin encontrar um contato sem identificação do movimento terrorista, Anna chamou a atenção do guarda de segurança da loja, o qual suspeitou que ela fosse uma ladra. Detida e escoltada para um escritório lateral, ela entrou em pânico, sacou uma pistola e começou a atirar em uma tentativa vã de escapar. Ela foi, então, rendida à força e entregue aos oficiais da DEOPS que, quando seus vínculos com a ALN se tornaram evidentes, a entregaram para a OBAN. Apesar de seu admitido envolvimento amplo com as atividades na ALN, durante seu confinamento em São Paulo (ela foi, posteriormente, transferida ao Rio, onde a maior parte de suas atividades terroristas ocorreram) _____ [palavra censurada pelo processo de desclassificação] sua pessoa foi respeitada e ela não foi submetida à tortura; determinado tratamento poderia muito bem não ter sido concedido à ela vários meses atrás, especialmente considerando que ela já havia se provado uma pessoa violenta.

Outro caso é o de Denise Peres CRISPIM (codinome "Célia"), filha do Deputado Federal cassado José Maria CRISPIM (PCB). Profundamente envolvida com a Vanguardia [sic] Popular Revolucionária (VPR) desde 1967, ela participou de muitas ações da VPR, incluindo o sequestro do Cônsul Geral japonês em São Paulo, em março passado. Até sua recente detenção pelas autoridades da OBAN _____ [palavra censurada pelo processo de desclassificação] ela era a esposa de direito comum de Eduardo LEITE (codinome "Bacuri"), um importante sub chefe da VPR na região de São Paulo, e está esperando seu filho. As autoridades a trataram com grande consideração e, devido seu estágio avançado de gravidez, ela foi alocada em uma casa de maternidade até o nascimento de sua criança. Sujeitos ocupando posições que as possibilitam contato com pessoas provenientes de distintos níveis do espectro social, da mesma forma, têm indicado ao oficial relator que parecem existir menos reclamações acerca da tortura de sujeitos detidos por suspeita de atividades terroristas ou subversivas. Por exemplo, Dr. Ephraim dos CAMPOS, um membro do MDB do Conselho Municipal de São Paulo, que foi eleito com o apoio do PCB e possui bons vínculos com a extrema esquerda, atestou esse desenvolvimento durante uma conversa recente . . . (Lambert, 1970, pp. 1-2)

O decréscimo das ações de tortura dos presos políticos pode ser questionado a partir dos relatos dos sujeitos citados no documento. A primeira militante citada, Anna Burztyń, em entrevista à pesquisadora Rafaella Lúcia de Azevedo Ferreira Bettamio relata:

Fui para São Paulo completamente clandestina por conta da organização. Até que fui presa em julho de 1970, no 1º DP, no centro da cidade. Já saíram me dando choques elétricos em uma sala, porque eu reagi à prisão por estar armada . . . À noite, fui levada para a Oban, onde se torturava barbaramente. Havia dois agentes que não sabiam nem o que perguntar para mim. Eles me estupraram com cassetetes. Pareciam ter a ideia de que podiam matar sem consequências. (Bettamio, 2012, p. 118).

A fala de Anna Burztyń contradiz frontalmente o que foi relatado no documento de que “sua pessoa foi respeitada e ela não foi submetida à tortura”.

Outra militante citada é Denise Peres Crispim. O documento que, por estar grávida, “as autoridades a trataram com grande consideração”. No entanto, informações colhidas do site da Centro pela Justiça e Direito Internacional (CEJIL)⁴ afirmam que Denise foi submetida a várias formas de tortura enquanto estava sob custódia e deu à luz em um hospital e maternidade de propriedade militar, sob estrita vigilância e controle do Estado. O companheiro de Denise, Eduardo Leite (Bacuri), também citado no documento, foi preso em 21 de agosto de 1970 no rio de Janeiro e torturado durante 109 dias; em 8 de dezembro de 1970 foi divulgado que ele teria morrido, após a fuga da prisão, em um tiroteio na cidade de São Sebastião-SP; no entanto, diversos militantes presos no mesmo período que Eduardo Leite, denunciaram o seu estado debilitado pelas agressões sofridas durante as sessões de tortura, o que torna inverídica a versão de que ele fugira da prisão⁵.

Por fim, a citação do Dr. Ephraim dos Campos também carece de comprovação. Ephraim era médico e foi vereador na cidade São Paulo pelo MDB com apoio do PCB. Em 15 de agosto 1972 foi preso, torturado e drogado com pentatol sódico, substância conhecida como “soro da verdade”. Seu filho relata que o pai saiu da prisão em condições precárias e nunca mais foi mesmo, falecendo de demência senil aos 62 anos de idade⁶.

Operação Marumbi

A preocupação com a reorganização do PCB no estado do Paraná desencadeou a Operação Marumbi no ano de 1975. Desenvolvida em 4 fases entre 15 de julho e 25 de

Registros investigativos da Operação Bandeirantes à Operação Marumbi (1969-1976): análises dos documentos do Departamento de Estado dos EUA e do SNI-PR (BR)

outubro de 1975, o objetivo da operação foi “capturar os militantes e principais elementos de apoio do PCB”, visando “desarticular e neutralizar o PCB no Estado”. As fases seriam organizadas da seguinte forma:

- Fase 1 (15 de julho a 27 de agosto): identificação dos potenciais elementos vinculados ao PCB com subsequente investigação da real militância e seleção dos alvos de maior relevância.
- Fase 2 (28 de agosto a 11 de setembro): investigação aprofundada dos alvos selecionados e seus principais contatos, visando delinear a rede de contatos do PCB/PR.
- Fase 3 (a partir de 12 de setembro): prisão dos alvos e encaminhamento para o DOPS/PR, espaço onde os suspeitos foram inqueridos, tendo sido feito o levantamento de novos dados que possibilitaram novas prisões.
- Fase 4 (proposta a finalizar, no máximo, 60 dias após o início da Fase 3): encaminhamento de todos os implicados em subversão no Paraná para a Justiça Militar. (SNI-PR, Atividades do PCB no Paraná – Operação Marumbi, ACT_ACE_232_79, 20 de novembro de 1975, laudas 11-12)

Durante a operação, foram presos 67 de sujeitos supostamente responsáveis pela tentativa de rearticulação do PCB. No período de ocorrência das prisões, entre os dias 12 de setembro e 25 de outubro de 1975, foram enviados, segundo o responsável pelo relatório, três comunicados à imprensa:

Tais COMUNICADOS traduzem a preocupação do Cmt da 5ª RM/DI em bem esclarecer a população paranaense a respeito da atuação dos Órgãos de Segurança em seu exclusivo benefício e de neutralizar pronunciamentos de elementos interessados em distorcer a verdade dos fatos para, com essa técnica, sensibilizar a opinião pública contra os Agentes da Lei (SNI-PR, Atividades do PCB no Paraná – Operação Marumbi, ACT_ACE_232_79, 20 de novembro de 1975, lauda 17)

Fica evidenciada, assim, a preocupação com a produção de contrainformação. Os agentes pretendiam ocultar os métodos utilizados pela repressão, inclusive nos documentos produzidos para circulação confidencial dentro da própria comunidade de informações. Essa técnica foi comum no período, fazendo com que as ações mais

violentas, especialmente os assassinatos, eram camufladas. Esse tipo de ação se estendeu ao período de abertura política, como atesta os documentos da *Central Intelligence Agency* (CIA) disponibilizados recentemente. Entre esses documentos, consta um relatório que informa a concordância dos generais Ernesto Geisel, então presidente do Brasil, e João Batista Figueiredo, então chefe do Serviço Nacional de Informações, em dar continuidade às ações de extermínio dos comunistas brasileiros no ano de 1974 (Colby, 1974).

O violento processo repressivo exercido pela Operação Marumbi foi exposto pelo Relatório da Comissão Estadual da Verdade (Paraná, 2014). As investigações indicam que as sessões de tortura eram realizadas, muitas vezes, com a presença dos familiares do preso considerado subversivo. As notas difundidas à imprensa pela comunidade de informações, apesar do tratamento violento destinado aos presos políticos, objetivavam deturpar e desmerecer as tentativas de denúncias. Essas notas expressavam os fundamentos ideológicos da doutrina de Segurança Nacional que transmitiam uma imagem pejorativa do sujeito considerado subversivo, apresentado como elemento ardiloso, manipulador e que visava destruir a concepção de integridade das instituições nacionais frente à população em geral.

O último informe de Samuel Augusto Alves Corrêa, enviado à imprensa para publicação em 4 de outubro de 1976, detalha os objetivos que nortearam a ação e os resultados obtidos pela Operação Marumbi, elencando os elementos da estruturação organizacional do PCB/PR. O documento afirma que:

O Partido Comunista Brasileiro, assim estruturado neste Estado, ficou em condições de aplicar técnica já consagrada, cujas características principais são:

- ressaltar junto à população as deficiências e as dificuldades existentes no país, atribuindo-as exclusivamente à responsabilidade e incapacidade das autoridades governamentais, negando ou diminuindo os êxitos, mesmo que evidentes, visando com isto a agravar os problemas existentes, *levar o povo ao descontentamento e à insatisfação, e tornar o governo impopular;*
- *investir aberta ou insidiosamente contra os valores morais e espirituais da população, suas crenças e convicções, a fim de corroer e deformar seu caráter;*
- *infiltrar elementos seus em associações, meios de comunicação social, partidos políticos, etc, a fim de, aos poucos e sub-repticiamente, passar a influir nas decisões e exercer sobre eles domínio completo;*

Registros investigativos da Operação Bandeirantes à Operação Marumbi (1969-1976): análises dos documentos do Departamento de Estado dos EUA e do SNI-PR (BR)

- *organizar uma minoria selecionada, muitas vezes treinada em outros países, que constitua um núcleo coeso e tenaz, capaz de iniciar e levar avante o processo subversivo;*
- *aliciar com habilidade novos adeptos, captando sua simpatia para a causa revolucionária, atribuindo-lhes missões cada vez mais complexas até que fiquem comprometidos, de tal modo, com os atos ilegais praticados que não terão mais condições de optar livremente e sair da organização mesmo que queiram;*
- *usar todas as liberdades e franquias democráticas em benefício da ampliação do movimento subversivo.*

Essa técnica, que foi apresentada tão somente em seus aspectos mais evidentes e relevantes, tem por objetivo primordial a conquista sutil, progressiva e persistente da população, de modo a colocá-la do lado da subversão, facilitando ou possibilitando assim a conquista do Poder, pois seu dogma fundamental é: “*O máximo da eficiência não é obter cem vitórias em cem batalhas, mas sem vencer os exércitos do inimigo sem precisar lutar*” (SNI-PR, Atividades do PCB no Paraná – Operação Marumbi, ACT_ACE_232_79, 20 de novembro de 1975, laudas 72-73 – grifos nossos).

Nesse comunicado de Samuel Corrêa à imprensa paranaense, explicita-se o horizonte conceitual apropriado da doutrina golberyana de Segurança Nacional (Silva, 2003). No primeiro trecho grifado, indica-se a lógica de se apresentar o sujeito considerado subversivo como elemento ardiloso que, se valendo dos problemas inerentes à conjuntura social, visa influir na sociedade de modo à possibilitar levantes populares contra o regime instituído que garantam a conquista dos interesses particulares das organizações ditas subversivas – ao mesmo tempo em que, relativamente, exime o governo das responsabilidades decorrentes de sua ingerência e de sua compactuação com a manutenção da subordinação nacional ao capital imperialista.

Samuel Corrêa se apropria estrategicamente da distinção entre *Oriente ateu comunista* e *Ocidente cristão democrático* para enfatizar os supostos elementos genéticos que caracterizariam a sociedade brasileira. Retoma, no segundo grifo, a perspectiva de uma herança moralista cristã brasileira, denunciando os “nefastos” objetivos do socialismo em corroer o caráter nacional da população, para, no quarto

trecho grifado do documento grifado, atrelar os fundamentos ideológicos do socialismo/comunismo às instituições estrangeiras, subsequentemente, incongruentes com os princípios tradicionais da sociedade brasileira.

Recorre também ao conceito de aparelhamento subversivo das instituições. No terceiro trecho grifado da citação, Samuel Corrêa enfatiza a necessidade de vigilância constante, por parte do aparato estatal, em distintos níveis da vida social. A questão do aparelhamento é tratada, de forma complementar aos pontos anteriormente elencados, como estratégia externa para influir no direcionamento das tomadas de posição em meio à sociedade civil brasileira, o que leva ao último trecho grifado da citação, referente ao conceito de guerra total. Golbery do Couto e Silva (2003) utiliza-se do conceito de guerra total para fundamentar a necessidade de sua doutrina de Segurança Nacional, segundo o intelectual militar às configurações bélicas do período condicionaram uma expansão dos espaços de conflito, passando a abranger, também, os setores econômicos, culturais, ideológicos e psicossociais. Os sujeitos subversivos são, assim, apresentados de forma depreciativa; seus ideais são vinculados a princípios estrangeiros, incompatíveis com a mentalidade brasileira. Dessa forma, Samuel Corrêa legitimava o processo de perseguição política, destacando que o combate ao inimigo interno deveria compreender múltiplos campos da vida social.

A ações da Operação Marumbi, assim, visava reprimir a reorganização do PCB-PR que tinha, durante a década de 1970, o Comitê Municipal (CM) de Londrina como o mais bem organizado e influente do Paraná. Como indica o relatório da Comissão da Verdade (PR) (Paraná, *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban*, 2014):

Desde antes do Golpe de 1964, a região do norte do Paraná se sobressaía em razão de uma militância aguerrida, ligada em grande parte ao Partido Comunista e que a partir do golpe passa a ser um foco de intensa resistência e por isso considerado pelo Regime Militar como um problema. A cidade de Londrina, um dos principais centros da região, era conhecida pelo regime como “Londrina Resistente” em alusão à posição política de muitos de seus moradores. (p. 218)

A explicação para o nível de organização do PCB em Londrina, pode ser encontrada no papel desempenhado pela cidade e especialmente pelo protagonismo da Fundação Universidade Estadual de Londrina na disponibilização de um espaço de refúgio, no início da década de 1970, para os perseguidos políticos de outros Estados brasileiros.

Registros investigativos da Operação Bandeirantes à Operação Marumbi (1969-1976): análises dos documentos do Departamento de Estado dos EUA e do SNI-PR (BR)

Sob liderança do reitor Ascêncio Garcia Lopes (1970-1974), os primeiros anos de funcionamento da Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL) se caracterizaram pela disponibilização de espaço de refúgio para intelectuais considerados subversivos de outros Estados (especialmente de São Paulo), passando por um processo tardio de repressão (Paraná, *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban*, 2014).

Em complemento à perseguição dos militantes do PCB, a operação Marumbi buscou minar a projeção política do MDB a partir da veiculação de discursos fundamentados na perspectiva de que

. . . o fato de receberem ajuda daqueles indivíduos que estavam sendo acusados de reestruturar as bases do PCB no Paraná era um fator agravante. Ter ligações com o comunismo, por mais brandas que fossem, já era motivo para intervenção da polícia política. (Brunelo, 2006, p. 71)

Conforme revela o IPM instaurado para verificar as configurações de possíveis novas tentativas de reestruturação do PCB paranaense e catarinense, visando avaliar a eficácia das respectivas operações “Marumbi” no Paraná e “Barriga Verde” em Santa Catarina (1975) que, supostamente, teriam erradicado a tentativa de rearticulação do PCB nos dois estados, o partido manteve a preocupação em continuar sua tentativa de reorganização no Estado do Paraná durante os anos seguintes à Operação Marumbi. O relatório apresenta um organograma das seções de ação dos comitês estaduais que estavam em prática no período: Seção de Agitação e Propaganda; Seção de Finanças; Seção de Organização; Seção de Entendimentos Políticos; e Seção Sindical (SNI-PR, Comitês e organizações de base do PCB, ACT_ACE_170_79, 10 de julho de 1979, 13 laudas).

Outro grupo investigado pelo SNI no Paraná foi o MR-8. Antes de adentrar os documentos, faz-se duas considerações. A primeira de que o Norte paranaense serviu de refúgio para setores mais radicais do MR-8, que encontraram a possibilidade de tentativa de rearticulação. No entanto, existe a possibilidade de uma exacerbação do terror anticomunista por parte dos órgãos de repressão que visavam deflagrar um intenso e violento processo de perseguição aos setores da esquerda que, anteriormente, posicionaram-se a partir de propostas mais radicais de atuação – assim, evidencia-se a carência de pesquisas referentes ao MR-8 na conjuntura paranaense. Em relatório de 1981, o agente informações ressalta que:

O MR-8 vem dirigindo sua atuação, na área desta ACT/SNI, especialmente ao meio estudantil de nível universitário. Como exemplo, cita-se a eleição da chapa “VIRAÇÃO”, que é apoiada pelo MR-8, no pleito realizado para a União Paranaense dos Estudantes e também para o Diretório Central dos Estudantes/Livre da Universidade Federal do Paraná. Comum está se tornando encontrar-se estudantes vendendo o jornal “Hora do Povo”, porta-voz da organização, nos principais pontos de circulação de pessoas, em CURITIBA/PR. No referido jornal o MR-8, de forma popular, faz propaganda de temas esquerdistas, prega a subversão e incita à luta de classes. Não foi detectado nesta área, até a presente data, atuação do MR-8 no meio operário e/ou sindical. (SNI-PR, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), ACT_ACE_1114_81, 26 de junho de 1981, lauda 05)

Como se observa, segundo o documento do SNI, o MR-8 parecia estar mais voltado naquele momento para a nova postura democratizante adotada pela organização, centrando seu foco no Movimento Estudantil e no processo de teorização. De fato, após a participação no sequestro do embaixador estadunidense em 1969, o grupo sobreviveu a partir da incorporação da Dissidência da Guanabara, ganhou sobrevida com entrada do guerrilheiro Lamarca que havia deixado a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organizando tentativa de guerrilhas rurais, mas pela aguda repressão, deixa a perspectiva da luta armada para integrar o MDB, direcionando-se, então, suas forças para a ação político-partidária, linha que sustenta até os dias de hoje nos debates interno do atual MDB e organizações do movimento estudantil.

Considerações Finais

A partir do estudo dos documentos produzido pelo Departamento de Estado dos EUA e pelos agentes do SNI-PR, o presente trabalho buscou analisar duas operações realizadas no Brasil entre 1969 e 1976: a Operação Bandeirantes e a Operação Marumbi. Relacionando os conteúdos dos documentos ao contexto em que foram produzidos, a análise possibilitou o entendimento das estratégias utilizadas na manutenção política e na propaganda ideológica da ditadura militar no Brasil.

Registros investigativos da Operação Bandeirantes à Operação Marumbi (1969-1976):
análises dos documentos do Departamento de Estado dos EUA e do SNI-PR (BR)

Com atuação principalmente no Estado de São Paulo, a Operação Bandeirantes foi responsável pelo desmantelamento de diversos grupos que utilizavam a guerrilha urbana como estratégia luta contra o regime ditatorial. Para isso, prendeu, torturou e assassinou militantes de diferentes grupos. Nos documentos encontrados, foi possível atestar a ciência do governo estadunidense sobre os procedimentos de repressão utilizados e o acesso privilegiado às informações, como no caso do assassinato de Virgílio Gomes da Silva. Por outro lado, informações inverídicas também foram veiculadas nesses documentos, como a afirmação da diminuição da tortura e dos assassinatos nos anos 1970 que, em hipótese, pode significar uma pressão para que o governo estadunidense mantivesse seu apoio à ditadura brasileira apesar das denúncias realizadas internacionalmente sobre a violação dos direitos humanos no país.

No Paraná, a operação Marumbi se caracterizou como um dos mais violentos processos de perseguição estatal contra os sujeitos paranaenses considerados potencialmente subversivos. Os documentos do Serviço Nacional de Informação no Paraná revelam que a Operação Marumbi, por meio relatórios internos e informes oficiais à imprensa, foi animada pelas das fundamentações ideológicas e princípios da doutrina de Segurança Nacional golberyana, que visavam deturpar e desumanizar os sujeitos considerados subversivos frente à sociedade civil paranaense do período. A busca de um consenso ideológico que sustentasse a manutenção da ditadura militar (1964-1985) parece, assim, ser uma das estratégias pela qual os órgãos de repressão buscaram legitimar suas ações e seus crimes.

Sem a intenção de esgotar o debate, a pesquisa aqui apresentada objetiva servir de apoio a novas investigações que possam cada vez mais produzir conhecimentos sobre a realidade das perseguições, torturas físicas, psicológicas e assassinatos cometidos pelos órgãos de repressão da ditadura militar no Brasil (1964-1985), assim como, discutir o papel do apoio dos EUA e a luta político-ideológica decorrente.

Notas

Por decisão pessoal, os autores do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

¹ A ação golpista das Forças Armadas brasileiras em 1964 contou com apoio de setores da sociedade civil, grupos da elite econômica nacional e de grupos religiosos.

² Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login-novo-com-cadastro.asp?err=nlogin>

³ Uma breve biografia, os documentos do SNI-SP, a certidão de óbito e o laudo necroscópico de Virgílio Gomes da Silva podem ser acessados no site da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva, pelo endereço: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/virgilio-gomes-da-silva>

⁴ Informações disponíveis em: <https://cejil.org/pt-br/comunicado-de-prensa/caso-sobre-torturas-execucao-sumaria-e-refugio-no-contexto-da-ditadura-militar-brasileira-chega-a-corte-interamericana-de-direitos-humanos/>

⁵ Informações colhidas no site: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/eduardo-collen-leite-bacuri/>

⁶ Informação colhidas no site: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-anteriores/revista-apartes/numero-22/perfil-ephraim-de-campos/>

Referências

- ALN & MR-8. (1969). *Manifesto da ALN e do MR-8* (sequestro embaixador americano no Brasil). Recuperado Junho 12, 2023, em <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1969/09/04.htm>
- Bettamio, Rafaella Lúcia de Azevedo Ferreira. (2012). *O DOI-CODI carioca: memória e cotidiano no "Castelo do Terror"*. [Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas]. <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2949/1/000165211.pdf>
- Brunelo, L. (2017). Os reflexos do regime militar no Paraná em 1975: a operação Marumbi. *Diálogos*, 13(2), 461 - 484.
- Brunelo, L. (2006). *Repressão política na terra das araucárias: a operação Marumbi em 1975 no Paraná*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá]. <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2949/1/000165211.pdf>
- Colby, W. E. (1974, Abril, 11). In: *Central Intelligence Agency, Memorandum from director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger, Washington*.
- Corrigan, Robert F., "Security Situation - Sao Paulo" (1969). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:2jsnpb5j/>
- Joffily, Mariana Rangel. (2005). Oban e DOI-CODI, elementos para um estudo. In ANPUH, *Anais eletrônicos* [Anais]. 23º Simpósio Nacional de História,

Registros investigativos da Operação Bandeirantes à Operação Marumbi (1969-1976): análises dos documentos do Departamento de Estado dos EUA e do SNI-PR (BR)

Londrina, Brasil. https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206369_27e5f07f08ef949c64d827c433068e97.pdf

Joffily, Mariana. (2014). A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. *Dimensões*, 32, 2-28. <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/8316/5899>

Lambert, F. X., "Incidence of Torture in Sao Paulo Appears Lessening" (1970). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1169362>

Motta, Rodrigo Patto Sá. (2014). A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In D. A. Reis, R. P. S. Motta, & M. Ridenti (Eds.), *A ditadura que mudou o Brasil*. Ed. Jorge Zahar.

Paraná. (2014) *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban*. Recuperado Junho 10, 2023, em <https://www.documentosrevelados.com.br/geral/relatorio-final-da-comissao-estadual-da-verdade-do-parana/>

Resende, Pâmela de Almeida. (2019). *Ser um embaixador não é um mar de rosas: o sequestro de Charles Burke Elbrick no Brasil em 1969*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-16092019-151925>

Ridenti, Marcelo. (2010). *O Fantasma da Revolução Brasileira*. UNESP.

Silva, Golbery do Couto e. (2003). *Geopolítica e Poder*. UniverCidade.

SNI-PR. (1975). *Atividades do PCB no Paraná – Operação Marumbi*, ACT_ACE_232_79, 20 de novembro de 1975, 95 laudas (NDPH-UEL).

SNI-PR. (1979). *Comitês e organizações de base do PCB*, ACT_ACE_170_79, 10 de julho de 1979, 13 laudas (NDPH-UEL).

SNI-PR. (1981). *Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)*, ACT_ACE_1114_81, 26 de junho de 1981, 07 laudas (NDPH-UEL).

Wight, William L., "Police Arrest Terrorists" (1969). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1169442/>